

Unifef apresenta a nova marca e inaugura auditório 'Dr. Fausto Ruy Pinato'

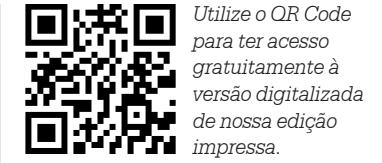
Transformação da instituição em centro acadêmico e homenagem ao deputado. Página A3



oextra.net

SEU JORNAL DIÁRIO

Sábado, 31 de Janeiro de 2026 - Ano 28 - Edição 5.116 - Preço do exemplar: R\$ 2,00



Utilize o QR Code para ter acesso gratuitamente à versão digitalizada de nossa edição impressa.

Site: oextra.net
Facebook: [Jornal O Extra.net](https://www.facebook.com/jornaloextra.netoficial)
Instagram: [jornaloextra.netoficial](https://www.instagram.com/jornaloextra.netoficial)
Whatsapp: (17) 99709-5785
E-mail: contato@oextra.net

.inside

Centro Universitário em Fernandópolis, Porecatu em Jales e parque aquático em Votuporanga?

Lideranças políticas, educacionais e empresariais celebram três grandes anúncios. Página A2



Secretaria da Saúde prorroga mutirão contra a dengue

Ações da Prefeitura de Fernandópolis seguem até o dia 12 de fevereiro

A Secretaria Municipal de Saúde de Fernandópolis intensificou as ações de combate ao

mosquito Aedes aegypti e anunciou a prorrogação do mutirão contra a dengue por mais duas semanas. Página A5



Blitz aplica multa por embriaguez e resulta na prisão de homicida

Página A6



Expo tem premiação recorde: R\$ 700 mil para o rodeio

Valor supera do Votu Rodeio Internacional que é de R\$ 560 mil

A organização da Expo Fernandópolis anunciou, na quinta-feira (29), uma premiação considerada histórica para o rodeio da edição 2026. Em comunicado divulgado nas redes sociais oficiais do evento, foi confirmado que R\$ 700 mil serão distribuídos entre os vencedores das provas de arena — o maior valor já registrado na competição. Página A3

Vereador Michael Lucas renuncia ao mandato na Câmara de Ouroeste

Parlamentar alegou motivos pessoais e familiares; suplente Matheus Xavier deve ser convocado. Página A4



Centro Universitário em Fernandópolis, Porecatu em Jales e parque aquático em Votuporanga?

Lideranças políticas, educacionais e empresariais celebram três grandes anúncios

• Por Beto Iquegami

Eis que, finalmente, a região — coletivamente — encerra uma semana com a “positividade” em alta. Em praticamente tom uníssono, lideranças políticas, educacionais e empresariais celebram três grandes anúncios que sinalizam avanço e dinamismo econômico, ainda que um deles, por ora, permaneça no campo da expectativa.

Coincidentemente (ou não), as novidades se espalham por três polos importantes do Noroeste Paulista: Fernandópolis, Jales e Votuporanga. Cada uma com seu protagonismo e, sobretudo, com impactos distintos,

porém convergentes, no desenvolvimento regional.

UNIFEF: DE FACULDADE A CENTRO UNIVERSITÁRIO

Foi durante as comemorações do cinquentenário da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF) que veio a confirmação mais aguardada: a instituição foi oficialmente credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) como Centro Universitário de Fernandópolis, passando a adotar a marca UNIFEF.

O concorrido cerimonial, realizado na manhã de ontem, dia 30, marcou simbolicamente a consolidação de um processo longo, técnico e estratégico, que reposiciona a instituição no cenário do

ensino superior regional.

E há mais no horizonte. Informações colhidas de forma reservada pela Coluna InSide indicam que o próximo passo — ambicioso, é verdade — já está sendo desenhado: a busca pela autorização para a implantação do curso de Medicina. O caminho é longo, os critérios são rigorosos e os desafios são consideráveis, mas o objetivo, que antes parecia distante, hoje é tratado como possibilidade real.

PORECATU INVESTE PESADO EM JALES

Seguindo pelos idos das boas vizinhanças, Jales também entrou no mapa das boas notícias. Foi oficializada nesta terça-feira (27) a negociação

para implantação de uma nova unidade da rede supermercadista Porecatu, com investimento estimado em R\$ 60 milhões.

A assinatura da escritura ocorreu para uma área estratégica localizada na Avenida João Amadeu, anteriormente pertencente à família Jalles. O empreendimento será construído às margens da Rodovia Euclides da Cunha (SP-320), entre a Avenida Juscelino Kubitschek e a Marginal Ayrton Senna da Silva.

Com sede em Votuporanga e 12 unidades espalhadas por cidades como São José do Rio Preto e Cardoso, o Grupo Porecatu amplia sua presença no Noroeste Paulista. A previsão é de inauguração

no primeiro trimestre de 2027, com a geração de aproximadamente 250 empregos diretos.

PARQUE AQUÁTICO EM VOTUPORANGA: IDEIA, ESTUDO E PROVOCAÇÃO

E sentem-se: Votuporanga também entrou na roda das grandes ideias. Ainda não passa da fase de estudos, é verdade, mas a proposta já provoca debates.

A iniciativa partiu do vereador Mehde Meidão Slaiman Kanso (PSD), que apresentou na Câmara Municipal uma sugestão para que o empresário Rolandinho Cesar Castrechini Castilho Nogueira avalie a possibilidade de investir na implantação

de um parque aquático de grande porte na cidade.

O modelo citado como referência é o Thermas dos Laranjais, de Olímpia — hoje um dos parques aquáticos mais visitados do mundo. O local sugerido para o empreendimento compreende cerca de 53 alqueires de propriedade do empresário, nas proximidades do Centro de Eventos “Elder Galleira”, às margens da Vicinal Angelo Comar.

Aos que ironizam ou satirizam a ideia, vale um exercício de memória: anos atrás, o mesmo vereador foi alvo de críticas semelhantes ao defender outro projeto que hoje é realidade concreta em Votuporanga — a instalação da Havan.

O texto é de livre manifestação do signatário que apresenta e defende suas ideias e opiniões, a partir da interpretação de fatos e dados e não reflete, necessariamente, a opinião do ‘O Extra.net’.

■ LOTERIA

Superprêmio! Mega-Sena sorteia R\$ 115 milhões neste sábado, 31

Aposta simples, com apenas seis dezenas, com preço de R\$ 6,00

→ Da REDAÇÃO / AGÊNCIA BRASIL contato@oextra.net

A Mega-Sena continua acumulada após a realização do concurso 2.966 ocorrido na última quinta-feira (29). O prêmio acumulou e está estimado em R\$ 115 milhões para o próximo sorteio que acontece neste sábado, 31. Os números sorteados foram: 06 - 07 - 09 - 43 - 44 e 53. Acer-



taram cinco dezenas 68 apostas e irão receber R\$ 50.520,02 cada. 5.798 apostas acertaram quatro dezenas e irão receber R\$ 976,66 cada.

Esse foi o 11º sorteio seguido da Mega-Sena sem ganhadores do prêmio principal.

APOSTAS

As apostas podem ser feitas até as 20h (horário de Brasília) deste sába-

do, 31, em qualquer lotérica do país ou pela internet, no site ou aplicativo da Caixa. Para o bolão, o sistema fica disponível até às 20h30 no portal Loterias Caixa e no aplicativo Loterias Caixa.

PROBABILIDADES

A probabilidade de vencer em cada concurso varia de acordo com o número de dezenas jogadas e do tipo de aposta reali-

zada. Para a aposta simples, com apenas seis dezenas, com preço de R\$ 6,00, a probabilidade de ganhar o prêmio milionário é de 1 em 50.063.860, segundo a Caixa.

Já para uma aposta

Sua Vida Mais Completa



Fernandópolis

Vereador Michael Lucas renuncia ao mandato na Câmara de Ouroeste

Parlamentar alegou motivos pessoais e familiares; suplente Matheus Xavier deve ser convocado

→ Da REDAÇÃO

contato@oextra.net

O vereador Michael Lucas (Republicanos) protocolou o pedido de renúncia ao mandato na Câmara Municipal de Ouroeste. O ato ocorreu na manhã desta sexta-feira (30),

A decisão foi tornada pública pelo próprio parlamentar por meio de suas redes sociais, onde comunicou oficialmente o afastamento do cargo.

POSICIONAMENTO DO PARLAMENTAR

Na publicação, Michael Lucas afirmou que a renúncia foi motivada

por questões pessoais e familiares, destacando que chegou ao seu limite emocional e que, neste momento, não reúne condições de seguir no exercício do mandato.

“Fui até onde deu, foi o meu limite. Hoje tenho problema familiar e sozinho não consigo”, declarou.

O ex-vereador também afirmou que sempre buscou desempenhar suas funções da melhor forma possível e pediu desculpas caso tenha magoado ou chateado alguém ao longo de sua trajetória política.

TRÂMITES LEGAIS

Com a formalização da renúncia, a Câmara



Municipal de Ouroeste deverá adotar os procedimentos legais previstos, entre eles a convocação do suplente Matheus Xavier (Republicanos) para assumir a vaga deixada por Michael Lucas.

A data para a posse do suplente ainda deverá ser definida pelo Legislativo.

Michael Lucas também ocupava o cargo de vice-presidente do Legislativo municipal e se destacou por atuação fiscalizatória nos departamentos e secretarias municipais, sempre postadas em redes sociais. Ele cumpria o primeiro mandato eletivo no Legislativo ouroestense.

ARTIGO

Quando o sigilo vira regra e a Constituição vira exceção

• Por Ives Gandra da Silva Martins*

Quero trazer hoje aos amigos leitores uma situação que tem me preocupado muito como professor de Direito Constitucional.

Inicialmente, transcrevo o artigo 37 da CF/88, que prevê os fundamentos maiores da Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...) (grifo meu)

Estes são, pois, os cinco princípios fundamentais da Administração.

A moralidade administrativa é um princípio básico, pois governos imorais não representam o povo. A legalidade exige que tudo seja feito conforme a lei, e não segundo a vontade de quem está no Poder. A eficiência impõe que o recurso público seja gerido com zelo, não pro domo sua, para interesses privados ou benefício pessoal.

Ora, especialmente o princípio da publicidade (ou transparência) se justifica porque, como cidadão administrado pelo governo — e consideran-

do que foram os cidadãos que o elegeram e pagam como contribuintes para que os governantes lá estejam —, quero saber o que está sendo feito em meu nome. Todos os cidadãos têm o direito de saber como seus representantes estão governando.

O sigilo deveria ser a exceção absoluta, como manda a Constituição Federal, mas, hoje, ele parece ter se tornado a regra. Observamos no Congresso Nacional a imposição de sigilo inclusive sobre emendas parlamentares que envolvem valores elevados. Da mesma forma, sob a gestão do presidente Lula, a falta de transparência impera: não se pode obter informações sobre os gastos de dinheiro público em viagens internacionais dele e da primeira-dama. O que deveria ser público é tratado sob segredo.

No Poder Judiciário também: não se pode dizer, por exemplo, para onde viajaram os aviões da FAB que, aliás, são pagos por nós, contribuintes.

O mesmo ocorre em relação a inúmeros processos. De repente, ações judiciais que deveriam ser do conhecimento do povo por envolverem corrupção — algo fundamental para que ela seja efetivamente combatida —, entram em sigilo, razão pela qual, repito:

o que deveria ser a exceção absoluta passou a ser a regra.

Sendo assim, a eficácia das leis que determinam transparência — tais como a Lei Complementar nº 131/2009, que obriga a divulgação em tempo real das receitas e despesas públicas, bem como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o direito constitucional dos cidadãos de acessar informações dos órgãos públicos, estabelecendo que “acesso é a regra e o sigilo é a exceção”, de modo a fortalecer o controle social, a boa gestão, o conhecimento e o acesso à informação —, praticamente deixou de existir, porque tudo entra no campo do sigilo, no s Três Poderes.

Por fim, pelo princípio da impessoalidade, sempre entendi que o agente público jamais agiria em nome próprio, ou seja, não deveria haver interesses pessoais por parte daqueles que compõem a Administração Pública.

Por essa razão, quando meu filho, Ives Gandra da Silva Martins Filho, tornou-se ministro do Tribunal Superior do Trabalho, afirmei que jamais voltaria a atuar em questões trabalhistas, visando manter a impessoalidade que a Constituição Federal impõe a todos os que exercem o poder.

Como professor que acom-

panhou o debate do artigo 37 da CF/88 durante os 20 meses da Assembleia Constituinte, dialogando permanentemente com Bernardo Cabral e Ulysses Guimarães — relator e presidente da Constituinte, respectivamente —, tinha a sensação de que aqueles cinco princípios significavam que, a partir de então, tudo seria transparente: viveríamos, pois, em uma democracia na qual o povo governaria por meio de seus representantes, razão pela qual deveria saber tudo o que acontece dentro do governo e no âmbito dos Três Poderes.

Afinal, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência representam o que o legislador constituinte estabeleceu como pilares fundamentais da democracia brasileira, para que todos vivam plenamente, com liberdade de expressão para dizer o que pensam e criticar o Poder, se entenderem que este não está agindo de acordo com a Constituição Federal.

Tenho a sensação de que, ou eu já não sei mais ler a Constituição, ou o que nela consta já não vale para os atuais dirigentes do País e seus três Poderes. Por outro lado, resta-nos — a nós, advogados e representantes do povo — continuar lutando

para que prevaleça o artigo 37 e seus cinco princípios fundamentais.

Diante desse cenário, percebe-se um distanciamento preocupante entre o espírito democrático de 1988 e a prática institucional contemporânea. A erosão da transparência não apenas fere a letra da lei, mas desfigura a própria relação entre o Estado e o cidadão, transformando a coisa pública em um reduto de decisões inacessíveis ao verdadeiro detentor do poder: o povo. Além de faltar com o respeito aos princípios constitucionais, tal postura compromete o alicerce da nossa República.

É, portanto, uma situação difícil para um professor de Direito Constitucional. Recomendo

• Ives Gandra da Silva Martins* é advogado tributarista/constitucionalista, professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unife, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal - 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

O texto é de livre manifestação do signatário que apresenta e defende suas ideias e opiniões, a partir da interpretação de fatos e dados e não reflete, necessariamente, a opinião do 'O Extra.net'.

Dr. Ronaldo Malacarne de Oliveira

OAB/SP 79141

Dra. Elith Darc de Oliveira

OAB/SP 79134

Dra. Lais Malacarne de Oliveira

OAB/SP 326251

ronoliadv@terra.com.br - advtrabalhista_malacarne@hotmail.com

Fone: (17) 3442-4760 / 3442-5131

Av. José Camargo Arruda, 559 - Centro - Fernandópolis



Maurílio Saves

ADVOGADO - OAB/SP 73.691

Patricia Eunice dos Santos

ADVOGADA - OAB/SP 324.971

Fone: 17-3442 3403 - 99784 1208

Rua Rio de Janeiro, 1.282 - Vila Nova

email: mauriliosaves@yahoo.com.br

PINATO ADVOGADOS

17 99736-7979

17 99659-7071

Já atendendo em novo endereço:

Av. Américo Messias dos Santos,

nº 280, Centro.

Fernandópolis - SP

(Próximo ao Angus Beef.)

OAB/SP 104.559, 169.021 e 453.404



■ SAÚDE

Secretaria de Saúde prorroga mutirão de combate a dengue

Ações da Prefeitura de Fernandópolis irão até o dia 12 de fevereiro

→ Da REDAÇÃO

contato@oextra.net

A Secretaria Municipal de Saúde intensificou as ações de combate ao mosquito Aedes aegypti e anunciou a prorrogação do mutirão contra a dengue por mais duas semanas. O trabalho, realizado de forma domiciliar, tem como objetivo garantir a cobertura total do município.

As ações vêm sendo desenvolvidas há algum

tempo e já apresentam resultados expressivos em comparação ao ano anterior. Em janeiro de 2025, o município registrou 3.251 casos confirmados de dengue. Neste ano, no mesmo período, foram contabilizados 31 casos confirmados, bem abaixo do ano anterior.

Durante os primeiros 13 dias de mutirão, agentes de endemias e de saúde visitaram 11.774 imóveis, eliminaram 1.397 utensílios com larvas

do mosquito, fiscalizaram 142 pontos classificados como imóveis especiais, como obras, escolas e grandes estabelecimentos comerciais, e realizaram nebulização costal em um raio de até 150 metros em áreas com casos confirmados, com o objetivo de eliminar mosquitos adultos.

A Secretaria Municipal de Saúde reforça a importância da colaboração da população, orientando que os moradores rece-

bam os agentes de saúde, que estão sempre devidamente identificados. Também é recomendada a realização de vistorias semanais em vasos de plantas e pratinhos, pneus, calhas, caixas d'água e vasilhas de água de animais de estimação, a fim de evitar criadouros do mosquito transmissor da dengue.

Fonte: Secretaria de Comunicação de Fernandópolis

■ ARTIGO

Saúde mental e desigualdade social

• Por André Naves

OJaneiro Branco chega como um chamado à responsabilidade sobre a saúde mental. Contudo, esse chamado só será verdadeiramente efetivo se deslocarmos o debate da esfera puramente individual para o centro de nossas estruturas sociais, econômicas e políticas. A saúde mental de uma nação é o reflexo de sua Justiça Social. E o que vemos nesse espelho, hoje, é a imagem da desigualdade.

Para entendê-la melhor,

precisamos falar sobre CUIDADO. O cuidado — com nossos filhos, nossos idosos, nossas pessoas com deficiência — é a viga mestra da Dignidade Humana, a argamassa que sustenta a sociedade. No Brasil, essa estrutura é mantida, em grande parte, pelo trabalho não remunerado e subvalorizado das mulheres. Dados da pesquisa "Estatísticas de Gênero" do IBGE são avassaladores: mulheres dedicam quase o dobro do tempo (21,4 horas

semanais) aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, em comparação com os homens (11 horas).

Ainda, quando aplicamos a lente da raça, a injustiça se aprofunda sobremaneira. São as mulheres negras que arcam com a carga mais pesada. Segundo o IPEA, mulheres negras dedicam, em média, 7,7 horas a mais por semana ao trabalho de cuidado do que homens brancos. Elas representam a maior parte (65%) das trabalhadoras domésticas, uma categoria marcada pela informalidade e baixa remuneração.

Essa sobrecarga crônica não é apenas fonte de cansaço físico; é um fator de adoecimento psíquico clinicamente diagnosticado: estresse crônico, ansiedade, depressão e burnout. O Estado, ao se omitir, privatiza uma responsabilidade coletiva, depositando-a nos ombros de quem já carrega o peso histórico do racismo e do machismo estrutural.

A essa crise do cuidado, somam-se duas outras forças corrosivas: a precarização do trabalho e a

desigualdade de renda. A "uberização" da economia e a informalidade, que atinge quase 40% da força de trabalho no país, criam uma legião de trabalhadores sem direitos, sem previsibilidade e sem rede de proteção. Como pode um indivíduo cuidar de sua saúde mental quando não sabe se terá renda no fim do mês? A inseguurança econômica é, em si, uma forma de violência psicológica.

A desigualdade de renda no Brasil, com os 1% mais ricos detendo 28,3% da renda nacional (World Inequality Report), transforma o acesso à saúde mental, incluídos o lazer, o esporte e os tratamentos — como terapia e psiquiatria — em um privilégio de classe, e não em um Direito Universal de Saúde.

Como se não bastasse, vivemos imersos em uma terceira crise: a da sensualidade digital. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o país com a maior prevalência de transtornos de ansiedade do mundo, afetando quase 10% da população.

As redes sociais, em seu atual modelo desregulado, operam como uma arapuca de ansiedade. Não por acaso, o brasileiro passa, em média, mais de 9 horas por dia online, sendo um dos povos que mais consomem redes sociais globalmente. A performance da felicidade, o culto à imagem perfeita e a comparação social constante criam um ambiente tóxico para a autoestima.

Esse ecossistema digital é o motor de um consumismo desenfreado, que nos ensina a buscar alívio para nossas angústias na próxima compra. Em um país com mais de 70% das famílias endividadas, essa pressão consumista adiciona uma camada de frustração e inadequação, um lembrete constante do que não se pode ter.

O cenário é complexo: a saúde mental no Brasil adoece na confluência perversa entre o cuidado desbalanceado, o trabalho precário, a desigualdade abissal e a toxicidade digital.

É por isso que a articulação por uma Política Na-

cional do Cuidado robusta e efetiva é uma das pautas mais urgentes e civilizatórias de nosso tempo. Reconhecer que cuidar é trabalho, remunerá-lo dignamente, e criar uma infraestrutura pública de suporte (com creches, centros-dia para idosos, residências inclusivas, entre outros equipamentos e políticas) não é apenas uma questão de Justiça de gênero e raça. É uma Política de Saúde Mental!

Enquanto sociedade, precisamos construir mobilizações responsáveis que distribuam o fardo do cuidado com Justiça. Defender a regulação das plataformas digitais e combater o consumismo como falsa solução são, também, agendas de Saúde Pública.

O Janeiro Branco nos for-

ça a enxergar que não haverá paz de espírito individual enquanto persistir a guerra cruenta da desigualdade estrutural. A forma mais legítima e duradoura de cuidar de si mesmo e da própria saúde mental é lutar por uma sociedade onde o cuidado seja um ato coletivo, um compromisso de todos, e um pilar de nossa humanidade comum.

• André Naves é Defensor Público Federal formado em Direito pela USP, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social; mestre em Economia Política pela PUC/SP; Cientista Político pela Hillsdale College e doutor em Economia pela Princeton University. Comendador Cultural, Escritor e Professor.

www.oextra.net ■ **OPINIÃO**

Por:
André Naves

Artigo: Saúde mental e desigualdade social

"precisamos construir mobilizações responsáveis que distribuam o fardo do cuidado com Justiça."

Parcele sua TATTOO no CARTÃO DE CRÉDITO

Jhony Tattoo

SUA TATTOO SEU ESTILO.

(17) 3463-1609 Rua Bahia 1446 - Centro - Fernandópolis-SP

O texto é de livre manifestação do signatário que apresenta e defende suas ideias e opiniões, a partir da interpretação de fatos e dados e não reflete, necessariamente, a opinião do 'O Extra.net'.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Dr. Antonio José Pancotti
Dra. Patrícia Broim Pancotti Mauri
Dra. Márcia Broim Pancotti

e-mail: advpancotti@terra.com.br

Rua Rio de Janeiro, 1837 - Centro - Fernandópolis-SP

Sebrae-SP e Prefeitura de Ouroeste levam educação empreendedora para escolas municipais

Programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos estará na rotina dos alunos do ensino fundamental

→ Da REDAÇÃO

contato@oextra.net

A Prefeitura de Ouroeste assinou, na quarta-feira, 28, parceria com o Sebrae-SP para implantar o programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos (Jepp) em escolas da rede municipal. A iniciativa tem como objetivo inserir conceitos de empreendedorismo no cotidiano escolar e desenvolver, entre os alunos do ensino fundamental, habilidades como autonomia,

planejamento, cooperação e educação financeira.

O termo de adesão foi assinado pela analista de negócios do Sebrae-SP Leliane Petrocelli e pelo secretário municipal de Educação Rodrigo Sérgio dos Santos Oliveira. O programa também foi apresentado aos gestores da rede municipal, que serão responsáveis por coordenar o começo das atividades nas unidades de ensino.

Inicialmente, o Jovens Empreendedores será implementado em duas

escolas. A primeira será a Escola Municipal José de Souza Cabral, do distrito de Arabá, aos alunos do 1º ao 9º e na Escola Municipal Maria Arminda de Godói, para os alunos do 4º e 5º ano.

Criado pelo Sebrae, o Jepp é voltado a estudantes do 1º ao 9º ano e oferece material didático estruturado, formação para professores e propostas pedagógicas práticas. As atividades incluem simulações de pequenos negócios, organização de feiras, projetos



colaborativos e desafios que estimulam a tomada de decisão, a criatividade e o senso de responsabilidade. A metodologia é adaptada para cada faixa etária, com linguagem lúdica nos primeiros anos e conteúdos

mais aplicados nas séries finais.

Segundo Leliane Petrocelli, a proposta busca desenvolver o protagonismo dos alunos. "O Jepp trabalha o empreendedorismo como competência de vida.

O aluno aprende a identificar problemas, propor soluções, planejar ações e trabalhar em equipe. São habilidades que servem tanto para quem quer empreender quanto para a formação cidadã", afirmou.

■ OUROESTE

Blitz aplica multa por embriaguez e resulta na prisão de homicida condenado

Com condenação definitiva de 14 anos e 6 meses de prisão em regime fechado

→ Da REDAÇÃO

contato@oextra.net

Uma operação de fiscalização de trânsito realizada pela Polícia Militar de Ouroeste, na noite de sexta-feira (30), teve desdobramentos que foram além da segurança viária. Além das autuações por infrações de trânsito, a ação resultou na prisão de um homem condenado por homicídio, que estava foragido da Justiça.

FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

A operação, denominada "Álcool Zero no Trânsito", contou com o apoio da Atividade Delegada e teve como objetivo principal coibir a condução de veículos sob efeito de álcool. Durante o bloqueio poli-

cial, dez condutores foram submetidos ao teste do etilômetro. Um dos motociclistas recusou-se a realizar o bafômetro e, conforme prevê o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), foi autuado administrativamente.

Como penalidade, ele recebeu uma multa de quase R\$ 3 mil, além de responder a processo que pode resultar na suspensão do direito de dirigir por até 12 meses.

CAPTURA DE CONDENADO POR HOMICÍDIO

Durante uma das abordagens de rotina, os policiais realizaram a consulta dos dados dos ocupantes de um veículo no sistema de informações criminais. Na verificação, foi constatado

que um dos indivíduos era procurado pela Justiça.

Contra ele havia um mandado de prisão com base no artigo 121 do Código Penal (homicídio). O homem possui condenação definitiva de 14 anos e 6 meses de prisão em regime fechado.

ENCAMINHAMENTO À JUSTIÇA

Diante da constatação, os policiais deram voz de prisão ao condenado, que foi algemado e conduzido ao Plantão Policial de Fernandópolis, onde a ocorrência foi registrada.

O indivíduo permanece à disposição da Justiça na carceragem local e deverá ser transferido para uma unidade prisional para o cumprimento da pena.

A ação reforça a im-



portância das blitzes de trânsito, que além de contribuírem para a redução de acidentes, também funcionam como instrumento eficaz de inteligência policial e combate à criminalidade.

ENTENDA AS PENALIDADES POR RECUSA AO BAFÔMETRO

De acordo com o Codi-

go de Trânsito Brasileiro (CTB), recusar-se a realizar o teste do etilômetro é considerada infração gravíssima, mesmo sem a comprovação direta da ingestão de álcool.

PRINCIPAIS PENALIDADES:

- **Multa:** R\$ 2.934,70
- **Suspensão do direito de dirigir:** até 12 meses
- **Recolhimento da CNH**

- **Retenção do veículo, até apresentação do condutor habilitado**

- **Base legal:** Artigo 165-A do Código de Trânsito Brasileiro.

A legislação equipara a recusa ao bafômetro à condução sob efeito de álcool, como forma de garantir a eficácia das fiscalizações e a segurança no trânsito.

ClimaCold
Ar Condicionado
Climatizando com estilo

Venda, Instalação,
Manutenção, Pré Instalação
e Projetos

Revendedor Autorizado de todas as marcas!

Av. da Saudade, 282 - Higienópolis - CEP 15603-370 - Fernandópolis-SP
E-mail: climacold.arcond@gmail.com
(17) 3442-7088 (17) 99628-6060

SUA OBRA MERECE O MELHOR

Fernandópolis: (17) 3465-9399
Av. Carlos Barozzi, 982 - Brasilândia

Ouroeste: (17) 3843-1315
Av. dos Bandeirantes, 1995

SGOTTI
MATERIAIS P/ CONSTRUÇÃO